



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**13/10/2016**

# INDICE

---

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL CORREIO POPULAR.....	1 - 2
2. CASAMENTO COMUNITÁRIO	
2.1. JORNAL CORREIO POPULAR.....	3
2.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	4
3. DECISÕES	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	5
4. DESEMBARGADOR	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6
5. VARA CRIMINAL	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	7

# Dados das serventias sobre registro Civil serão unificados pelo TJMA e IBGE

*A proposta é unificar a alimentação dos sistemas para tornar a coleta efetiva e com mais segurança nos dados*

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, e o chefe da Unidade Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcelo Virgínio, discutiram, nesta terça-feira (11), a unificação dos registros informatizados das estatísticas de registro civil fornecidas pelas serventias judiciais.

A proposta é unificar a alimentação dos sistemas para tornar a coleta efetiva e com mais segurança nos dados. “É uma forma de auxiliar as serventias e o IBGE no levantamento dos dados sobre o registro civil”, frisou o presidente do Tribunal de Justiça.

O desembargador Cleones Cunha autorizou a Diretoria de Informática a adotar as medidas para a unificação. De acordo com o diretor de Informática, Paulo Rocha Neto, o

levantamento já está sendo feito para verificação das mudanças necessárias e o tempo para execução dos trabalhos.

O chefe estadual do IBGE, Marcelo Virgínio, ressaltou que a mudança possibilitará ao Instituto repassar ao Judiciário maranhense os dados regionais, além de evitar informações conflitantes, a exemplo de casos em que nascimento e divórcio apresentam datas iguais. Na reunião, Marcelo Virgínio enfatizou o fato de as serventias trabalharem com vários sistemas, tendo a obrigação legal de repassar os números ao IBGE.

Para otimizar o processo, os relatórios serão extraídos automaticamente sem demandar tempo para preenchimento. A reunião de trabalho foi acompanhada por servidores do Judiciário e do IBGE. (Ascom/TJMA)



Rilamar Pinheiro

## Órgãos vão estudar aplicação da Súmula Vinculante nº 56 nos presídios maranhenses

*A Súmula determina que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso*

Representantes do Tribunal de Justiça – por meio da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado, Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) e outros órgãos envolvidos no sistema prisional, definiram a criação de um grupo que irá estudar as formas de aplicação da Súmula Vinculante N° 56, do Supremo Tribunal Federal, nos presídios do Maranhão.

A Súmula determina que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso. Os representantes do TJMA, MPMA, Defensoria Pública e SEAP irão se reunir com os juizes das comarcas onde existem presídios, para discussão e definição das possibilidades de aplicação da Súmula.

Durante a reunião, os defensores públicos Bruno Dixon e Caroline Nogueira apresentaram a Súmula e levantaram os aspectos constitucionais que embasam a decisão, cujo objetivo principal é respeitar fundamentos como a dignidade da pessoa humana, individualização da pena e legalidade, tendo como alvo principal os apenados sentenciados em regime semiaberto.

Eles discorreram sobre os parâmetros fixados pelo Recurso Extraordinário N° 64130, no qual o STF decidiu que, havendo déficit de vagas, deverá determinar-se: a sai-



Na reunião, foi apresentada a Súmula com os aspectos constitucionais que embasam a decisão.

da antecipada do sentenciado no regime com falta de vagas; a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Decidiu ainda que, até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado.

Os magistrados e demais represen-

tantes presentes também levantaram outros aspectos, como as especificidades de alguns presídios – como os femininos –; a necessidade de criação de novos estabelecimentos penais e ampliação de vagas; e a necessidade de se ponderar a aplicação da Súmula.

Também foi destacada a necessidade de realização de um estudo, para levantamento dos presos e presas sentenciados no regime semiaberto que cumprem pena em

unidades prisionais destinadas à custódia de internos dos regimes fechado e provisório.

Participaram da reunião os desembargadores Tyrone José Silva e Vicente de Paula; os juizes Fernando Mendonça (2ª VEP), Ana Maria Almeida (1ª VEP), Celso Serafim (Matinha), Mirella Cezar Freitas (Itapecuru Mirim), Tereza Palhaes (1ª Vara da Comarca de Pinheiro) e Rodrigo Nina (Santa Luzia do Paruá); o promotor de Justiça Pedro Lino Curvelo (2ª VEP); a subsecretaria da SEAP Ana Luísa Silva Falcão; coordenadora de Medidas Socioeducativas da SEDUC e Educação nas Prisões, Simone Costa Miranda Araújo.

Estiverem presentes também a representante da Comissão de Políticas Criminosa e Penitenciária OAB, Rosana Galvão; o Superintendente de Combate à Violência Institucional, Luís Carlos dos Santos Cintra; o coordenador Executivo da UMF, Aríston Apoliano Júnior; a chefe da Divisão Começar de Novo UMF, Ana Lúcia Ramos Araújo; a chefe da Divisão Técnica da UMF, Joseane Ferreira Froes; a chefe da Divisão Jurídica da UMF, Larissa Araújo Soares; a analista judiciária Julyana Val de Oliveira; o presidente do Conselho da Comunidade, Gerson Lelis Costa e o Conselheiro do Conselho da Comunidade, José Ribamar Santos Coelho. (Assessoria de Comunicação do TJMA)

# Inscrições para casamento comunitário de Anajatuba podem ser feitas até dia 20

*As inscrições foram abertas no dia 29 de agosto*



Reprodução

**Para se inscrever, o casal deve apresentar a documentação exigida, conforme o estado civil dos noivos.**

Podem ser feitas até o dia 20 de outubro, na serventia extrajudicial da Rua Nina Rodrigues, nº 52, centro, as inscrições para o Casamento Comunitário que será realizado na comarca de Anajatuba, no dia 1º de dezembro deste ano.

As inscrições foram abertas no dia 29 de agosto. A data do casamento comunitário que será realizado naquela comarca, em local a ser definido e comunicado previamente aos interessados.

As regras para a cerimônia foram publicadas na Portaria nº 15/2016, de 29 de agosto de 2016, assinada pela juíza Jaque-

line Cunha. Para se inscrever, o casal deve apresentar a documentação exigida, conforme o estado civil dos noivos.

Se solteiros, a certidão de nascimento – original ou cópia. Se divorciados, a certidão de casamento com a averbação do divórcio. Se viúvos, a cópia da certidão de casamento e de óbito do falecido, autenticadas.

Os noivos tenham idade entre 16 e 17 anos devem comparecer ao cartório acompanhados dos pais. Com 15 anos, somente com suprimento judicial – decisão judicial que autoriza a união civil dos adolescentes. (CGJ)

# ESTADO MAIOR

## Mais caro

O desembargador Antônio Guerreiro Júnior decidiu barrar uma contratação do Governo do Estado que, segundo processo no TJ-MA, pode representar prejuízo de R\$ 700 mil.

Por R\$ 35,6 milhões a Sinfra contratou a Construtora Terramata para asfaltar um trecho de 54km de estrada entre Barra do Corda e São Raimundo do Doca Bezerra.

Mas a Edeconsil apresentou proposta mais barata e foi desclassificada, de acordo com decisão do magistrado, sem justificativa plausível. A obra, então, precisou ser paralisada.



## Froz na Espanha

Quem participou recentemente do Congresso Internacional de História de Direitos Humanos, realizado na Universidade de Salamanca, na Espanha, onde ministrou palestra sobre a implantação do sistema de audiência de custódia no Judiciário brasileiro, foi o desembargador e coordenador geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Froz Sobrinho. Ele destacou a legislação que ampara o sistema de audiência de custódia no Brasil e estabelece o direito de toda pessoa presa de ser conduzido sem demora à presença de um juiz, para garantia da preservação de seus direitos constitucionais, como controle da legalidade da prisão e prevenção à tortura.

# Ex-presidiário é detido ao portar revólver calibre 38

Detenção de Iranilson Lucas Silva, que estava em liberdade há pouco menos de dois meses, ocorreu no bairro Camboa, durante incursão do 9º Batalhão da PM

Iranilson Lucas Silva Costa, de 18 anos, que teria saído há menos de dois meses do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, foi preso, ontem, portando um revólver calibre 38, com numeração raspada, durante incursão feita pela equipe Tornado, do 9º Batalhão da Polícia Militar, no bairro Camboa.

O criminoso estaria em uma motocicleta de marca Bros, placa não identificada, e, segundo a polícia, iria promover assalto na cidade. A arma foi encontrada na cintura de Iranilson Silva. Ele foi preso e conduzido para o Plantão de Polícia Civil do Parque do Bom Menino, onde foram tomadas as devidas providências.

A polícia também declarou que o detido estaria em liberdade condicional, teria deixado o Presídio São Luís II, em Pedrinhas, recen-



Iranilson Lucas foi conduzido para o Plantão Central de polícia

temente e respondia pelo crime de tráfico de entorpecentes.

## Criança Segura

Em continuidade às ações da operação Criança Segura, que está sendo realizada pela Polícia Civil, foram presos ontem Gracilda Miranda da Luz e Tiago Amorim dos Santos, na cidade de Zé Doca, pelo crime de estupro de vulnerável. O superintendente da Polícia Civil do Interior, delegado Divaldo Gonçalves, afirmou que o casal foi preso em cumprimento a mandado judicial expedido pela Comarca de Cândido Mendes.

Segundo o delegado, Gracilda Miranda é suspeita de ter entregue a sua filha, de 11 anos, para Tiago Amorim manter relação sexual dentro de sua residência como também entregou a sua outra filha, de 13 anos, para um outro homem, nome não revelado, também para a prática desse mesmo crime.

O caso estava sendo investigado pela Delegacia Regional de Zé Doca e as buscas continuam sendo realizadas na região para efetuar a prisão do outro envolvido nessa ação ilegal. ●

.....

## Convocação de casais

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) solicita a presença de 60 casais pré-inscritos no Casamento Comunitário marcado para o dia 12 de novembro, às 15h, no campus universitário da UFMA, em São Luís, para regularizarem pendências em seus processos de habilitação. Os noivos pré-inscritos na cerimônia convocados em lista divulgada pela Corregedoria têm até o dia 28 de outubro de 2016 para comparecer a um dos cartórios da 2ª, 3ª, 4ª, e 5ª zonas, onde está vinculado o processo de habilitação. Informações: (98) 3198-4636 / 4624.